

ECONOMIA.

CAIXA-PRETA



DOS

MARKAS DA

CORRUPÇÃO

FRAUDES EM ELEIÇÕES, DESVIO DE DINHEIRO E NEPOTISMO PÕEM EM RISCO MOVIMENTO SINDICAL.

MIKAELLA CAMPOS
mikaella.campos@redgazeta.com.br

VILMARA FERNANDES
vfernandes@redgazeta.com.br

Esquemas de corrupção praticados por líderes sindicais deixam cicatrizes profundas num importante movimento de proteção ao trabalhador. São histórias de nepotismo, mortes, desvio de dinheiro, eleições fraudulentas e tramóias em convenções coletivas que tiram direitos e penalizam o empregado, a parte mais frágil de uma relação trabalhista. Artimanhas, empregadas na busca por dinheiro e poder, são vistas pelos próprios sindicalistas como uma doença grave, capaz de manchar a credibilidade até daqueles que desempenham um bom papel.

As marcas desses atos de corrupção estão em centenas de processos que tramitam na Justiça do Trabalho. Os números refletem uma insatisfação, que tem aumentado de forma considerável de ano para ano. Foram 386 ações abertas em 2014 contra 458 de 2015. Um crescimento de 20% no número de disputas entre filiados e organizações.

Há ainda procedimentos administrativos em andamento no Ministério Público do Trabalho, órgão que registrou 2.049 queixas nos últimos 17 anos. Desse total, 126 estão ativas em fase de investigação ou na Justiça. Muitas querem acabar com cobranças abusivas, convocar novas eleições, construir uma nova diretoria e até cancelar o registro de sindicatos de fachada.

Por trás desses conflitos, está uma arrecadação milionária que alcançou, em nove anos, R\$ 350 milhões com encargo obrigatório-distribuídos entre sindicatos, federações, centrais sindicais e Ministério do Trabalho. Receita, aliás, que é engordada com contribuições assistenciais que só no ano passado alcançaram R\$ 70 milhões e triplicaram os caixas dos sindicatos, conforme série de reportagens que A GAZETA tem pu-

blicado desde o último domingo.

Uma das situações mais emblemáticas é a do Sindirodoviários. Só no Ministério Público do Trabalho, em 17 anos, foram instaurados 171 inquéritos, dos quais 20 ainda estão ativos e investigam desde ilegalidade em greves a abusos contra os trabalhadores.

Em uma ação civil pública, o órgão pede à Justiça para anular a convenção coletiva na qual o Sindirodoviários cobra extras assistenciais de trabalhadores não-sindicalizados e ainda taxa empresas para custear uma clínica odontológica. Para a Procuradoria do Trabalho, a contribuição seria abusiva por ter intuito de financiar a estrutura do sindicato, o quarto que mais recebeu imposto sindical entre 2007 e 2015 (R\$ 6,8 milhões).

O presidente do sindicato Carlos Roberto Louzada, o Maguila, afirma que a instituição já conseguiu decisão favorável, prova de que não existe ilegalidade nas cobranças.

Em Linhares, disputas eleitorais e desvio do imposto levaram o Sindicato dos Trabalhadores da

Construção Civil a passar por intervenção judicial após uma quase falência. Além de fraudes financeiras, não eram pagos os salários, o FGTS e o INSS dos funcionários. Alguns não tinham carteira assinada, de acordo com a Justiça. O ex-presidente da instituição José Leny da Silva Cardoso foi acusado de usar R\$ 58 mil do imposto sindical na campanha da esposa para vereadora de Sooretama. A denúncia envolveu ainda suposta fraude no vínculo empregatício de Leny, que em vez de trabalhador, seria patrão. Ele era suspeito de usar o filho como laranja na constituição da empresa para se manter à frente do sindicato.

Leny nega as acusações e diz ser vítima de um racha da categoria, que chegou a ter de forma simultânea dois presidentes e dois quadros de diretores diferentes. Hoje, o sindicato luta para recuperar a credibilidade e os filiados perdidos durante o período de turbulência.

Outra sucessão de irregularidades, segundo a Justiça, aconteceu no Sindilimpe, sindicato da categoria de limpeza e con-



OBRAS

Após quase perder o prédio por causa de dívidas, o Sindirodoviários disse ter conseguido quitar os débitos e agora gastará R\$ 1,4 milhão (uma parte do imposto sindical) para reformar o local.

EDSON CHAGAS



José Leny diz ser vítima de um racha em gestão de sindicato

servação. Trabalhadores foram coagidos a fazer empréstimos consignados para financiar, em 2010, a campanha para deputado de um antigo dirigente, acusado ainda de desviar recursos das contribuições sindicais com a mesma finalidade. Ele ainda liberava trabalhadores mais cedo dos empregos para usá-los como cabos eleitorais. Nem a organização escapou de se endividar com bancos para pagar os santinhos (panfletos eleitorais). Em ação movida pelo MPT, a Justiça, em 2012, tornou toda a diretoria da época inelegível e decretou intervenção após perícia judicial identificar vícios nas eleições sindicais.

O atual presidente do sindicato Ailton Dias explica que a organização se recuperou dos maus momentos. "Assumi logo depois da intervenção judicial. Minha batalha é atender a todos os trabalhadores. Hoje, os recursos do sindicato são bem aplicados. Não existe nada para desabonar nossa conduta".

LAÇOS DE FAMÍLIA

No Sindicato dos Compositores, Cantores e Instrumentistas, se tornar parte da diretoria exigia o cumprimento de uma regra fundamental: ser membro ou amigo da família dos dirigentes. A história de nepotismo é uma das clássicas anomalias envolvendo organizações sindicais. Lá, a diretoria, que por 22 anos comandou a instituição, era formada por seis parentes que viviam na mesma casa.

Segundo ação na Justiça, os dirigentes não publicavam editais para as assembleias. Em um dos pleitos, ocorrido em 2009, por exemplo, 17 pessoas foram eleitas entre os 18 que votaram. Os líderes da instituição, de acordo com sentença judicial, também faziam cobranças abusivas de contribuições sindicais e agiam com o objetivo de se perpetuar no poder. A Justiça acabou, em 2013, destituindo a diretoria eleita. Ninguém do sindicato foi localizado para comentar o assunto.

CRIME SEM CASTIGO

▄ Eram 10 horas da manhã do dia 21 de novembro de 2011 quando dois tiros tiraram a vida de Ivan Demachi Tavela, então presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Veículos (Sintravec). Dois homens invadiram a sede da instituição, não dando chances ao caminhoneiro autônomo de reagir ao homicídio, até hoje sem solução. Uma das linhas de investigação da polícia é a de que o crime tenha ocorrido numa batalha de demarcação de territórios. Um mês antes da tragédia, nove caminhões-cegonha foram incendiados em outro crime não elucidado.

Quase cinco anos após o assassinato, a instituição, também conhecida como Sindicato dos Cegonheiros, vive a fúria de

uma categoria rachada, uma parte acusa a atual gestão de fraudes para permanecer no poder. Denúncias de irregularidades nas eleições e de atos antisindicalistas foram feitas por empreendedores insatisfeitos na Superintendência Regional do Trabalho e também no Ministério Público do Trabalho.

Segundo reclamações apresentadas às autoridades, o Sindicegonheiros tem atuado para atender a interesses de empresários individuais de fora do Espírito Santo, principalmente de São Paulo, tirando o sustento de cegonheiros locais. “O sindicato fechou acordos com as empresas para impedir que autônomos daqui consigam trabalho. Estou sem renda. Coloquei a casa à venda para pagar as contas”, conta



NESTOR MULER/ARQUIVO

Um mês antes da morte de líder sindical, nove caminhões-cegonha foram queimados

um cegonheiro que por medo pediu para não ser identificado.

Documentos apresentados ao MPT também questionam a validade da última eleição, realizada em 2015. Suspeita-se que o sindicato tenha comprado passagens aéreas para trazer cegonheiros

de São Paulo e de Minas Gerais para que esses pudessem participar das eleições. Nenhum representante do sindicato foi encontrado pela reportagem.

Na Justiça, ainda tramita processo envolvendo outra instituição, o Sindicato das Pequenas e Microempresas e Trans-

portes Rodoviários Autônomos de Veículos (Sintravees). A criação da entidade foi suspensa após pedidos de pessoas ligados ao Sintravec que dizem ter sido impedidas de participar da assembleia de fundação.

SINDICATOS PRECISAM EVOLUIR

O FUTURO DAS ORGANIZAÇÕES DEPENDE DA REAPROXIMAÇÃO COM O TRABALHADOR

▄ A nova realidade econômica do país, com o crescimento dos índices de desemprego e a insatisfação das categorias, têm levado os sindicatos a reverem suas posições e formas de atuação. O caminho, segundo Maria Emília Brumatti, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colatina, Noroeste do Estado, está na formação dos profissionais. “No passado a luta foi por direitos e políticas públicas. Agora é por capacitação que garantam mais competitividade para as categorias.”

O sindicato, um dos maiores do Estado com uma base de 25 mil pessoas, não escapa de problemas ao representar não apenas trabalhadores de carteira assinada, mas pequenos agricultores, que em certos momentos também são patrões. A ideia é, em breve, separar os dois grupos para que cada um possa lutar pelos seus interesses.

De qualquer forma, para Maria Emília, os dois lados precisam inovar porque mudanças importantes estão acontecendo tanto na área urbana quanto na rural. Ela usa a situação vivida pelos canavieiros como exem-

plu. Profissionais que atuavam na área foram surpreendidos pela introdução dos maquinários, que passaram a fazer o serviço antes executados por eles.

Menos de 1% dos canavieiros foram reaproveitados na produção, atuando nas máquinas. “O restante precisou mudar de profissão, mas será que foram treinados para as novas funções? Um papel que teria que ser feito pelo sindicato”, destaca Maria Emília.

CRISES

Outra ponto importante, na avaliação dela, é que os sindicatos precisam se antecipar às crises, principalmente em relação as situações que vão causar impacto às categorias. Cita como exemplo a forma de produção do campo, que passa por mudanças em decorrência da escassez de água. “Temos que buscar alternativas, sem impactar o meio ambiente e, para isso, o agricultor precisa ser treinado. Algo que começamos a oferecer em nossa região”, diz.

Na visão de especialistas, o futuro dessas organizações depende de uma aproximação com o trabalhador.



EDSON CHAGAS

Maria Emília, de Colatina, defende mudanças no sindicalismo

O superintendente-adjunto do Ministério do Trabalho, Alcimar Candeias, explica que para falar sobre sindicalismo é necessário entender as estruturas desse sistema. A intenção desse movimento é, além de organizar a categoria, construir direitos de forma coletiva, algo que é difícil o trabalhador conseguir sozinho, sem apoio de uma organização. “A união dos trabalhadores confere a força necessária para negociar com as empresas. Historicamente temos comprovação de que as categorias mais organizadas são as que mais conquistaram direitos para os trabalhadores”, diz.

NA INTERNET

Veja no Gazeta Online videográfico sobre o imposto sindical.

COLABORAÇÃO

Edson de Melo, Arabson, Amarildo (arte), Genildo, Marcelo (infografia), Natália Bourguignon, Kaique Dias, Sullivan Silva, Wing Costa (edição de vídeos)